

Presidente do CRM-DF participa de Reunião de Avaliação e Monitoramento da Malária na Região Extra Amazônica



O Ministério da Saúde realizou nos dias 27 e 28 de agosto, na unidade IV, localizada no Setor Comercial Sul, uma Reunião de Avaliação e Monitoramento da Malária na Região Extra Amazônica, que contou com grandes conhecedores do assunto. O tema escolhido para o encontro foi febre pode ser malária.

Convidada para ser moderadora da mesa e participar do encerramento do evento, a presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF), Martha Helena Pimentel Zapalá Borges,

falou sobre a importância de divulgar a doença, o diagnóstico e a forma de tratamento para a população de todo o Brasil, principalmente nos hospitais. A presidente do CRM-DF se colocou a disposição para ajudar na divulgação do tema, caso o MS quisesse fazer alguma campanha sobre a doença.

O professor e Dr. Cláudio Tadeu da Fiocruz do estado do Rio de Janeiro, também falou sobre as semelhanças dos sintomas e informou que 55% dos casos de malária recebem diagnóstico clínico de dengue em unidades de saúde. Para descartar a doença, o paciente deverá fazer um teste rápido no surgimento dos primeiros sintomas, uma vez que diagnosticar e iniciar o tratamento correto na fase inicial da doença pode fazer a diferença entre a vida e a morte. Ele ressaltou que o paciente deve solicitar o teste rápido quando estiver com febre, pois esse é o principal diagnóstico da doença.

O médico também informou que 99,6% dos casos estão concentrados na Amazônia. O Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins são consideradas áreas endêmicas do País. A doença também é endêmica em países da Ásia, África e América do Sul e Central.

Segundo Cláudio Tadeu, em 2014, na região Extra Amazônica, 562 casos de malária foram diagnosticados. Durante o mesmo período no Brasil, foram 273 casos. O médico explica que não é rara a ocorrência de indivíduos com malária em regiões não endêmicas, isso ocorre principalmente em decorrência do fluxo transitório de pessoas que se deslocam para áreas endêmicas e retornam doentes ao seu local de origem.



VI Fórum de Ensino Médico



A presidente do Conselho Regional de Medicina, Martha Helena Pimentel Zappalá Borges, participou nos dias 27 e 28 de agosto do VI Fórum Nacional de Ensino Médico, promovido pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Associação Brasileira de Educação Médica (Abem), na sede da Associação Médica de Brasília (AMBr). O evento reuniu lideranças médicas, coordenadores de curso, professores e alunos.

Durante a abertura do VI Fórum Nacional de Ensino Médico, o presidente do CFM, Carlos Vital, pediu “atitudes mais responsáveis na condução do ensino da Medicina no País”. Na ocasião, ele lançou o site Radiografia das Escolas Médicas do Brasil (www.portal.cfm.org.br/escolasmedicas), uma plataforma com formato dinâmico que permitirá à sociedade e às autoridades conhecerem a estrutura e os diferentes aspectos que compõem o perfil dos cursos de medicina do Brasil.

Ao apresentar ao público a Radiografia das Escolas Médicas do Brasil, Carlos Vital, lembrou os números alarmantes de instituições que continuam a ser inauguradas sem atendimento às exigências mínimas estabelecidas em portarias dos ministérios da Educação e da Saúde (Portarias 2/13 e 13/13). “Constata-se que muitos municípios e instituições mantêm-se indiferentes a essas exigências. Apostam na convivência ou incapacidade de fiscalização que joga o sonho dos estudantes e a saúde da população na vala comum das temeridades e frustrações”, denuncia, criticando ainda as novas diretrizes publicadas este ano (Portaria 5/2015), que, para o CFM “deu um caráter subjetivo às exigências contidas nas normas anteriores”.

O presidente do CFM defendeu ainda em sua conferência – presidida pelo conselheiro federal Dalvélio Madruga –, o ético desempenho da Medicina por meio do engajamento em defesa das causas públicas, ou seja, lutando pela “erradicação do modo corrupto de fazer alianças político-partidárias, a extinção da cultura da impunidade e a promoção e manutenção da dignidade humana do nosso povo”.

BOLETIM INFORMATIVO CRM - DF



Durante o evento, também foi debatido as repercussões da lei nº 12.871/13 para a Residência Médica. Todos os palestrantes mostraram preocupação com a imposição da titulação de Medicina Geral de Família e Comunidade como pré-requisito para a participação da maioria das residências. “O que o governo deve fazer é oferecer atrativos para que os médicos escolham e permaneçam na Medicina Geral de Família e da Comunidade e não impor essa obrigatoriedade”, afirmou o 1º vice-presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Mauro Ribeiro, que foi um dos debatedores.

No último dia, o tema escolhido para o encerramento foi os caminhos para a infraestrutura, os recursos humanos e o suporte financeiro que garantirá às faculdades de medicina ofereçam estágios adequados aos alunos. A mesa redonda debateu sobre os Contratos Organizativos da Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES) que representam



o compromisso das instituições de ensino e dos gestores municipais e estaduais em garantir que os estudantes tenham, na rede de serviços do Sistema único de Saúde (SUS), o campo de aprendizagem fundamental para sua formação.

(Fonte: <http://portal.cfm.org.br>)

CRM-DF participa Encontro Temático sobre Controle e Fiscalização das Políticas Públicas em Saúde



A presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF), Martha Helena Zappalá Borges e o assessor jurídico da autarquia, Dr. Marco Antônio Medeiros e Silva, participaram nesta quarta-feira (26), na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), da abertura do I Encontro Temático da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível especializada em Saúde do Idoso e do Deficiente. O tema do Encontro é o Controle e Fiscalização das Políticas Públicas em Saúde.

O palestrante da noite, o presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Carlos Vital Tavares, explanou sobre a perspectiva da saúde no mundo. Na oportunidade, também foi lançado o Portal Direito e Saúde do MPDFT na internet e assinatura dos termos de cooperação técnica com parceiro.

O evento com duração de três dias abordará assuntos como Controle e Fiscalização das Políticas Públicas em Saúde; Utilização dos Métodos Científicos e Tecnologias em Saúde para Tomada de Decisão no Direito; Judicialização da Saúde; Teoria, Pesquisa e Prática em Direito Sanitário; Política Pública de Saúde Mental no DF e Saúde Suplementar.





Entidades Médicas conseguem modificar Decreto dos Mais Especialistas

Na manhã desta quinta-feira (26), a presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal Martha Helena Zappalá Borges, juntamente com o presidente do Conselho Federal de Medicina, Carlos Vital, o deputado federal, Luiz Henrique Mandetta (DEM-MS), e representantes das entidades médicas participaram de uma reunião na Associação Médica de Brasília (AMBr) para discutir as modificações no Decreto 8.497 (Decreto de Mais Especialistas), assinado pela Presidente da República.

As entidades conseguiram alterar o parágrafo que coloca o título de especialista como aquele sendo concedido pelas Sociedades de Especialidades por meio da Associação Médica Brasileira ou pelos Programas de Residência Médica credenciados pela Comissão Nacional de Residência Médica, como já é praticado atualmente.

No dia 12 de agosto a presidente do CRM-DF já havia participado de uma reunião na Câmara dos Deputados contra o decreto. Na ocasião, as entidades médicas alertaram a sociedade para os efeitos do Decreto, recentemente publicado, que representaria a transformação do SUS num modelo de atenção desigual, marcado pela iniquidade ao oferecer aos seus pacientes assistência com médicos de formação precária, com conseqüentes riscos para valores absolutos, como a vida e a saúde.

Presidente do CRM-DF prestigia Dia da Reanimação Cardiopulmonar



A presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, Martha Helena Pimentel Zappalá Borges, prestigiou no último domingo (23), o primeiro Dia da Reanimação Cardiopulmonar (CPR DAY), realizado pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) no Eixão Sul, na altura da quadra 108, das 8 às 13 horas para comemorar os 10 anos de atuação no Distrito Federal.

O evento é realizado mundialmente por instituições de saúde com objetivo de instruir a população a importância da reanimação cardiopulmonar que pode ser o diferencial entre a vida e a morte, mostrando a forma correta de realizar o procedimento através da massagem cardíaca.

Durante a comemoração, crianças e adultos tiveram uma aula prática de reanimação cardiopulmonar com bonecos feitos de garrafas pet. Na oportunidade, esteve presente o coordenador do SAMU, Rodrigo Caselli, e instrutores do SAMU que demonstraram à população, de forma interativa, a maneira correta de realização do procedimento.

O primeiro passo é checar os sinais vitais da vítima, se não estiver respirando, deve-se chamar o serviço de emergência pelo número 192. Logo após, deve ser feita a massagem de reanimação no tórax ininterruptamente até a chegada da equipe médica. Se a vítima for socorrida no primeiro momento após a parada, ela tem 90% de chances de sobreviver.

Além das demonstrações dos procedimentos, os participantes também aprenderam manobras para desengasgo, convulsões e desmaio. As crianças também puderam participar das apresentações. O SAMU possui o Projeto Samuzinho, que ensina noções de primeiros socorros nas escolas.



Pré-Fórum de Ensino Médico do Centro Oeste



O Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal promoveu nesta terça-feira (11/08), em parceria com o Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM), o Pré-Fórum de Ensino Médico do Centro-Oeste para os Médicos de todo o Distrito Federal. O evento foi realizado das 8h às 14h, no auditório do Conselho Federal de Medicina (CFM), na 915 Sul. O Pré-Fórum contou com a presença de representantes das entidades Médicas: CRM-DF (presidente do Conselho Regional de Medicina do DF, Dra. Martha Helena Pimentel Zappalá Borges, o vice-presidente: Dr. Iphis Tenfuss Campbell, o primeiro secretário: Dr. Luiz Fernando Galvão Salinas), o vice-presidente do CFM (Conselho Federal de Medicina, Dr. Mauro Luiz de Britto Ribeiro, o coordenador da Comissão de Ensino Médico do Conselho Federal de Medicina, Dr. Lucio Flávio Gonzaga Silva), o representante da ABEM-CO (Associação Brasileira de Educação Médica do Centro Oeste, Dr. Antônio José de Amorim), o presidente da AMBR (Associação Médica de Brasília, Dr. Luciano Gonçalves de Souza Carvalho), o representante do SINDMÉDICO-DF (Sindicado dos Médicos do Distrito Federal, Dr. Antonio José Francisco Pereira). Esteve presente também o presidente do CRM-GO (Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás, Dr. Aldair Novato Silva), o representante do CRM-MT (Conselho Regional de Medicina do Mato Grosso, Dr. Pedro Luis Reis Crotti), a presidente do CRM-MS (Conselho Regional de Medicina do Mato Grosso do Sul, Dra. Rosana Leite Melo), o representante da ABM (Academia Brasileira de Medicina, Dr. Iphis Tenfuss Campbell), o

presidente da ABRAMER-DF, (Associação Brasiliense de Médicos Residentes, Dr. Cássio Rodrigues Borges), a representante da Comissão de Ensino Médico do Conselho Federal de Medicina, Prof^a. Maria do Patrocínio Tenório Nunes e a diretora adjunta da ANMR (Associação Nacional dos Médicos Residentes, Dra. Naiara Costa Balderramas).

Na oportunidade, foram apresentadas **miniconferências** dos temas: Repercussão do Ensino Médico no Panorama Nacional e no Panorama Local. Logo após, iniciou-se a **mesa redonda** sobre a Lei nº 12.871/13 (Lei dos Mais Médicos), repercussões na Graduação e Residência Médica, debate sobre o Decreto Nº 8.497/15 que regulamenta a formação do Cadastro Nacional de Especialistas de que tratam os § 4º e § 5º do art.1º da Lei Nº 6.932/81, e o art.12.871/13. Também foi discutido sobre avaliação da graduação, avaliação da residência médica, adequação das escolas médicas às novas diretrizes curriculares.

Os palestrantes apresentaram dados estatísticos com o número de universidades de Medicina existentes no Brasil, principalmente no Centro Oeste, os desafios e questionamentos quanto a qualidade na formação dos Médicos ingressos, a adequação as novas normas curriculares, de onde seria os preceptores de Medicina, como qualificá-los e realizar as avaliações dos estudantes de Medicina ao final do curso.

O CRM-DF enfatiza a importância dos graduandos e jovens Médicos para que acompanhem, divulguem e participem de toda situação que está comprometendo a formação do Médico e o atendimento prestado a população Brasileira.

O Pré-Fórum do Centro Oeste contou com participação de 176 presentes, entre graduandos e Médicos. É um evento realizado por CRM's de todas regiões, com assuntos que antecipam os debates e geram questionamentos e respostas que serão abordados no VI Fórum Nacional de Ensino Médico, que será realizado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) em parceria com a Associação Brasileira de Educação Médica (Abem) nos dias 27 e 28 de agosto, na sede da Associação Médica de Brasília (AMBr).



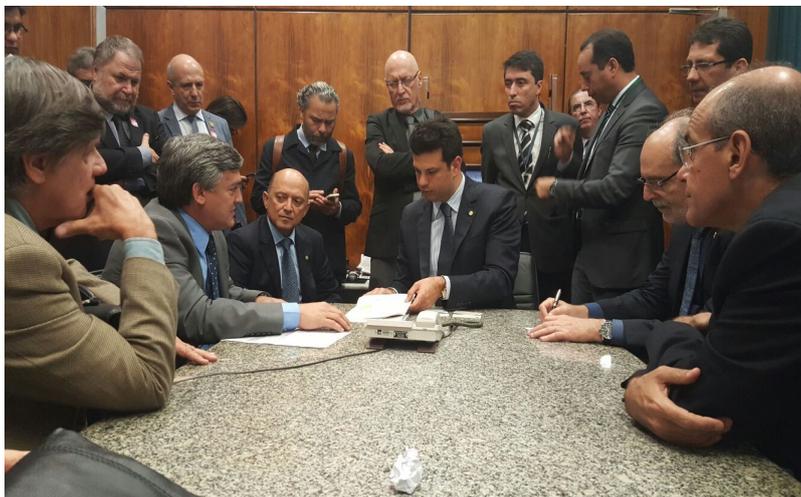


CRM-DF participa ativamente contra Decreto nº 8.497/15 juntamente com entidades Médicas na Câmara dos Deputados

Na última quarta-feira (12/08), a presidente do Conselho Regional de Medicina, Martha Helena Pimentel Zappalá Borges participou de reunião na Câmara dos Deputados contra o decreto 8-8.497/15. Estava presente também o Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM) e entidades Médicas. A presidente permaneceu na casa por mais de 12 horas, atuando ativamente na busca por soluções e propostas para alteração do decreto.

“A pressão das entidades médicas, com apoio de parlamentares, levou o Ministério da Saúde a assumir o compromisso público de reescrever o Decreto nº 8.497/15, publicado pela Presidência da República, em 5 de agosto. A nova versão do texto deve ser apresentada em duas semanas e será elaborada por uma comissão composta por representantes do Governo, das entidades médicas e de deputados federais.

A decisão desta quarta-feira (12) resultou de uma intensa mobilização em Brasília. Pela manhã, os presidentes do Conselho Federal de Medicina (CFM), Carlos Vital, da Associação Médica Brasileira (AMB), Florentino Cardoso, e de dezenas de sociedades de especialidades estiveram reunidos com líderes de bancadas e de partidos. Em encontro com o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), defenderam a necessidade do Congresso intervir para evitar o avanço da medida.



“Demos um significativo passo para evitar a implantação das medidas previstas no texto original do Decreto 8497. Para tanto, contamos com o apoio do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e dos deputados Luiz Henrique Mandetta e Mendonça Filho (líder do DEM), bem como da maioria das lideranças dos partidos. No entanto, devemos continuar mobilizados contra esse ato abusivo

do Governo, interagindo com os parlamentares federais de nossos Estados para apontar os equívocos desse Decreto da Presidência da República. Juntos, trabalharemos de maneira firme para retirar da proposta do Governo todas as medidas que causam efeitos deletérios à assistência da população e à qualidade da formação de especialistas. Não admitiremos a deterioração do nível da Medicina do País, alcançado ao longo de décadas, com a contribuição das sociedades médicas e da academia”, ressaltou Carlos Vital.

Se em duas semanas não houver um texto de consenso sobre o tema, o Presidente da Câmara se comprometeu a colocar - em caráter de urgência - o Projeto de Decreto Legislativo (PDC 157/15) em votação. Se aprovado, ele sustará os efeitos das medidas propostas pelo Governo, cujo texto original, alvo de críticas das lideranças médicas, abre brechas para mudanças no modelo de formação de médicos especialistas no Brasil.

O PDC foi elaborado pelos deputados Luiz Henrique Mandetta (DEM-MS) e Mendonça Filho (DEM-PE) a partir dos argumentos apresentados pelo CFM e pela AMB, além de outras entidades. “Os dispositivos [do Decreto 8.497/15] suplantam competências da Associação Médica Brasileira e das demais associações médicas, além da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), entidades legalmente constituídas que fiscalizam os cursos e certificam como especialistas os profissionais médicos. Esta patente que as medidas colocadas exorbitam, na medida em que invadem competências, razão pela qual propomos sua imediata sustação”, defenderam os parlamentares.”

